

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE

Pinheiro
data

NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E VINTE E QUATRO

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e três.-----

Ponto Três – Análise, apreciação e votação da proposta de Adesão à Inov@termas – Centro de Inovação e Qualificação, em cumprimento do disposto na alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto Quatro – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da alínea j), do número dois da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei n.º147/99, na sua atual redação.-----

Ponto Cinco – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número seis barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a Freguesia de Pinheiro, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na Freguesia de Pinheiro.-----

Ponto Seis – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número sete barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.-----



Ponto Sete – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número oito barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a Freguesia de Almofala, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na Freguesia de Almofala.-----

Ponto Oito – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número nove barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na União de Freguesias de Parada de Ester e Ester.-----

Ponto Nove – Análise, discussão e deliberação de reconhecimento do interesse público municipal para ampliação de uma exploração de massas minerais (pedreira), em Tapada da Cela, solicitado pela empresa Granipoças, Lda., em cumprimento do disposto na alínea a), do número 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º165/2014, de 5 de novembro, na sua atual redação.-----

Ponto Dez – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão, cumprimentando todos os presentes. Informou que a primeira Secretária da Mesa está ausente, tendo sido substituída por Ana Lúcia Costa. Foi chamada a integrar a mesa, Maria de La Salette de Almeida Duarte, que exerceu nesta Sessão a função de segunda secretária da mesa. Informou ainda que o membro Márcio Santos, comunicou no passado sábado a sua indisponibilidade em estar presente, não tendo sido possível proceder à sua substituição e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cujó informou que seria substituído por Delfina Pereirinha. Registou-se ainda a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pepim, Avelino Rocha, do membro Fernando Rocha Felício e do membro Fábio Ferreira Silva.-----

----- Período de Intervenção do público de harmonia com o n.º1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----Não se registou a presença de público nesta Sessão.-----

-----Leitura e apreciação do expediente.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou ter estado presente no passado dia seis de janeiro nas Comemorações do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Farejinhãs. Esteve

Diogo Gomes *Carvalhas*

presente na reunião do Conselho Consultivo da Escola Profissional Mariana Seixas e na celebração do dia de S. Valentim em que esta Escola Profissional promoveu uma atividade muito interessante relativamente à temática dos jovens e da igualdade de género e respeito. Referiu ainda ter reunido com o comandante distrital da Liga dos Combatentes, Tenente Coronel António Gabriel e em que estiveram presentes vários ex-combatentes do concelho, de forma a que houvesse algum enquadramento da participação dos ex-combatentes nas Comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril. Deu nota que o programa estava em elaboração, com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Castro Daire e Escola Profissional Mariana Seixas, estando já definido que no dia 24, de manhã, um grupo de ex-combatentes do concelho estará no auditório da Escola Secundária para dar nota aos jovens da sua experiência no Ultramar enquanto combatentes. No dia 25 de abril, os ex-combatentes participarão também nas comemorações. Salaria ainda que o mês de abril é também o mês do livro e da leitura, estando a Biblioteca Municipal a desenvolver uma série de atividades e que o programa logo que ultimado será dado a conhecer. Recorda o envio a todos os membros, via e-mail, do Relatório número vinte e dois barra dois mil e vinte e três três, do Tribunal de Contas.-----

Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Refere que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Parada de Ester e Ester tem um sistema informático completamente obsoleto e desajustado face às necessidades e dinâmica funcional, sugerindo que, dadas as limitações dos orçamentos das freguesias, a Câmara Municipal atualizasse todas as freguesias do município, com novos equipamentos informáticos. Solicitou informação acerca de quem tem o direito e obrigação de assegurar o transporte de profissionais de saúde, enfermeiros e equipa médica, da Unidade de Saúde de Castro Daire para a extensão de Parada de Ester.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia, a mesa, o Senhor Presidente de Câmara e os Senhores Vereadores e restantes membros da Assembleia. Salaria que na última Assembleia Municipal apresentaram a necessidade de se estabelecer uma estratégia ambiental para o município, tendo o Senhor Presidente de Câmara lançado o repto no qual tem vindo a refletir. Refere trazer um documento, que fará chegar à Senhora Presidente, cujo título é "Início dos trabalhos para uma Estratégia Ambiental para o Município" e que espera fique à discussão de todos os membros da Assembleia, para aprovação em breve, para se estabelecerem medidas que



promovam a redução das alterações climáticas por parte do Município. As medidas aí propostas têm datas claras, sendo que a primeira delas reporta-se já ao próximo mês de junho, com o aumento da fiscalização na limpeza de matas, por causa dos incêndios rurais, um dos grandes problemas que contribui para a degradação do ambiente no concelho. Refere pretender-se continuar com a medida já implementada pelo município, da distribuição de compostores e compostagem comunitária, mas que até dezembro se regule a distribuição dos benefícios dessa compostagem e da separação de lixo que se venha a fazer. Propõem ainda a elaboração de um guia do investimento público sustentável, um conjunto de cláusulas que deverão constar nos cadernos de encargos das obras municipais, para garantir que todas as obras municipais e aquisições de bens e serviços incluam essas medidas de sustentabilidade. Refere ainda a importância de, até ao fim do mandato, substituir a frota municipal totalmente por viaturas elétricas bem como terminar a ligação ao saneamento de todas as habitações do concelho. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente interveio, cumprimentando a Senhora Presidente e membros da mesa assim como a todos os elementos da Assembleia. Refere que, quanto ao referido pelo membro Zacarias, salienta ser a primeira vez que um presidente de Junta de Freguesia manifesta a necessidade de que o município substitua o seu equipamento informático pois essa é uma responsabilidade das Juntas de Freguesia e todas elas têm tido a preocupação de se irem apetrechando. Quanto à questão do transporte, refere ser um processo que ainda não é muito claro, salientando estar ainda a aguardar-se as viaturas garantidas no âmbito da Transferência de competências. Quanto à questão da estratégia ambiental referida pelo membro Diogo Carvalhas, agradece o aceitar do repto que lançou na última sessão, reforçando que algumas questões não têm qualquer condição de exequibilidade, pois assumir que num ano e meio se vai fazer o que não se fez em cinquenta anos é pura demagogia. Salienta que o município tem vindo a substituir as suas viaturas, recorrendo a financiamento do Fundo Ambiental, sendo claramente impossível mudar toda a frota até final do mandato. Quanto à questão da distribuição de compostores, o facto de o município ter avançado com a compostagem, permite reduzir o que vai para aterro e, por consequência, a diminuição da TGR, estando assim a reduzir despesa, não havendo lucro para distribuir nesta questão. Quanto à fiscalização das matas, não obstante ser um tema que a todos deve preocupar, é importante procurar ir ao encontro das metas da sustentabilidade mas “ter os pés assentes na terra” e perceber qual o caminho a trilhar, pois não se conseguirá mudar tudo no imediato, realçando o trabalho que tem vindo a ser efetuado pelo município.-----



-----A Senhora Presidente, antes de passar à Ordem do Dia, refere a correção efetuada no ponto nove, dando nota que tal se deveu à necessidade de dar celeridade em termos de resposta à solicitação recebida, daí o envio inicial sem ser acompanhada de toda a documentação.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um– Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de seis de setembro de dois mil e vinte e três.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes na sessão a que a mesma ata respeita, aprová-lo.-----

Ponto Três – Análise, apreciação e votação da proposta de Adesão à Inov@termas – Centro de Inovação e Qualificação, em cumprimento do disposto na alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetuou enquadramento deste ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mais informação. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou ter a ver com os programas de valorização dos recursos endógenos, concretamente do recurso termas. No anterior Quadro comunitário, o Provere Termas Centro estava a ser gerido por entidade nacional, a Associação das Termas de Portugal, entidade que tinha outras associações que não eram da Região Centro e que causava alguns constrangimentos, incluindo para a CCDRC. Por isso surge esta nova Associação visando ser a entidade gestora do Programa de Valorização do Recurso Termas, da Região Centro, onde o Município de Castro Daire tem todo o interesse em ter uma voz ativa, daí a importância desta proposta para que seja mais uma oportunidade de desenvolvimento para o concelho.-----

-----**Rui Manuel Pereira Braguês**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Questionou se haveria já algumas indicações relativamente a este novo Provere e se o mesmo iria permitir financiar obra física, pois o anterior era muito direcionado para a questão imaterial.-----



A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para esclarecimento da questão.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu que, este Provere privilegiará igualmente o imaterial. Não obstante, como se trata de uma Estratégia de Eficiência Coletiva, são identificados um conjunto de investimentos de relevo para a região, onde estão identificados investimentos pretendidos no âmbito das termas também em termos materiais. Apesar da estratégia da CCDRC ser de continuar a manter a aposta na questão imaterial, tal não implica que não se deva integrar a estratégia pois não é apenas obra física que faz falta, realçando, que na próxima BTL irá ser lançado o primeiro produto da linha de dermocosmética permitindo ter novos produtos e alavancar a estratégia municipal.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-- -

Ponto Quatro – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da alínea j), do número dois da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei n.º147/99, na sua atual redação.-----

-----**A Senhora Presidente**, após enquadramento do assunto, deu a palavra ao Senhor Vereador Armando Lemos, Presidente da CPCJ no período a que respeita o Relatório aqui presente.-----

-----**O Senhor Vereador Armando Rodrigues de Lemos** interveio cumprimentando todos os presentes. Salientou que o Relatório espelha o trabalho desenvolvido pela CPCJ no ano de dois mil e vinte e três, modalidade restrita e alargada, destacando alguns dados relativos, por exemplo, a número de processos instaurados, transitados, entidades sinalizadoras, motivo da sinalização, entre outros. Informou ter terminado o número de mandatos previstos na Lei, enquanto presidente da CPCJ e na qualidade de representante do Município. Referiu, ainda, que foi indicada como representante do Município, a Técnica Superior Carla Marisa Ferreira Diogo, tendo a mesma sido recentemente eleita presidente da CPCJ.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Cinco – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número seis barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a Freguesia de Pinheiro, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na Freguesia de Pinheiro.-----



-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal efetuou o enquadramento deste ponto bem como dos dois pontos seguintes, passando à votação dos mesmos, não havendo intervenções a registar.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-------

Ponto Seis – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número sete barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-------

Ponto Sete – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número oito barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a Freguesia de Almofala, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na Freguesia de Almofala.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-------

Ponto Oito – Análise, apreciação e votação da Minuta de protocolo número nove barra dois mil e vinte e quatro, a estabelecer com a União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, referente a criação de faixas de gestão de combustível, no âmbito da defesa nacional contra incêndios, na União de Freguesias de Parada de Ester e Ester.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-------

Ponto Nove – Análise, discussão e deliberação de reconhecimento do interesse público municipal para ampliação de uma exploração de massas minerais (pedreira), em Tapada da Cela, solicitado pela empresa Granipoças, Lda., em cumprimento do disposto na alínea a), do número 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º165/2014, de 5 de novembro, na sua atual redação.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal efetuou o enquadramento do tema concedendo, de seguida, a palavra aos membros que que solicitaram.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Refere que esta questão da exploração das massas minerais das pedreiras, nomeadamente na zona da Cela mas não só, é preocupante, salientando que as entidades gestoras, nomeadamente a CCDRC, tem colocado uma série de problemas a estas empresas, dado não conhecerem bem esta realidade. O que está aqui em causa



é uma questão de pormenor, relativa a uma área que está em Reserva Agrícola Nacional e que está dentro da zona de exploração, mas zona de parque e que não tem qualquer interferência com o laborar da pedreira e o Plano de Exploração da pedreira, mas considera estarem a ir ao ínfimo pormenor para inviabilizarem as explorações. Salaria ser uma questão que o preocupa e ter conhecimento que o próprio executivo municipal já manifestou essa preocupação, considerando ser uma questão que deverá preocupar a todos dado ser uma atividade económica muito relevante para o Município. Refere que os empresários estão a passar por sérias dificuldades e alguns mesmo em risco de verem “cassadas” as suas licenças e com isso os seus postos de trabalho em causa. Quanto à declaração do interesse municipal aqui em causa manifesta-se completamente a favor, salientando tratar-se de uma empresa que tem feito investimento e que tem vindo a progredir, sendo importante para fazer a economia do concelho crescer.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Inteiveio questionando se, relativamente a este pedido de declaração de interesse público municipal, existe a perspetiva de aprovação por parte da entidade agrícola, sob pena de estar esta Assembleia a aprovar algo que será inútil.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** refere que a empresa tem responsável técnico que certamente tratará da restante documentação em falta, e que a este Órgão apenas competirá pronunciar-se sobre o interesse público municipal.-----

-----**Inteiveio do Senhor Presidente de Câmara**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que as entidades em causa são autónomas, competindo a esta Assembleia Municipal reconhecer o interesse público municipal, sendo os restantes elementos em causa da responsabilidade da própria empresa. Salaria ser um setor de atividade que traz dinâmica económica para o concelho, traz riqueza ao concelho e gera emprego. Partilha também a preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moledo, referindo ainda ter já partilhado estas preocupações com a CCDRC e também no Planalto Beirão, no qual integra o Conselho de Administração, onde vão partilhando preocupações ambientais.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Inteiveio novamente salientando que a empresa em causa tem o estudo de impacto ambiental e o Plano de exploração aprovados, ainda que condicionado, tendo agora que cumprir a exigência da RAN, que não foi ouvida e deveria ter sido, antes da aprovação pela CCDRC. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar o interesse público municipal.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram dez horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, responsável pelo Apoio aos Órgãos Autárquicos, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-